



	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: As 11,40h o Sr. Presidente da Câmara ausentou-se da sala, regressando às 11,49h, não tendo participado na discussão e na votação dos pontos 4.1.1 e 4.1.2.

Hora de Abertura: 9 horas e 49 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: Acta nº 18/2010, de 29 de Julho.
- Aprovação: Actas nº 16/2010, de 6 de Julho, e nº 17, de 12 de Julho, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 169 de 2010 | 09 | 03

Operações Orçamentais	€ 623.430,73
Operações Não Orçamentais	€ 2.543.531,54

PONTO PRÉVIO F)

António Feio, Raul Solnado e Mário Viegas foram três mestres do humor em Portugal que passaram por Cascais e, em particular, pelo seu Teatro Experimental, em diferentes fases das suas vidas.

Com a irreverência própria da arte de fazer rir, satirizaram e desmascaram tantas situações peculiares que caracterizam a sociedade contemporânea, através da construção de personagens e de episódios humorísticos inesquecíveis.

Hoje evocamos António Feio não só pelo inquestionável talento de humorista, actor e encenador, mas também pelas qualidades humanas que sempre demonstrou ter.

Munícipe de Cascais residente em Carcavelos, deu os primeiros passos profissionais no Teatro Experimental de Cascais apenas com 12 anos, onde ganhou o gosto pelo teatro e decidiu aventurar-se na carreira de actor.

A Câmara Municipal destaca, como aliás o fizeram vários dos seus amigos e colegas durante o passado mês de Agosto, o seu importante contributo como actor de teatro, televisão e cinema, mas também o seu papel como encenador, na conquista de nos públicos para as Artes de Palco.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INÍCIO: 09h49m

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA tomou a palavra para agradecer a todos aqueles que se preocuparam com o seu estado de saúde e que lhe enviaram mensagens ou transmitiram saudações e votos de melhoras. Fica-lhes muito reconhecido. Queria em segundo-lugar registar um voto de pesar pelo falecimento da Dr.^a Cecília de Azevedo e ainda do José Torres. A primeira na justa medida em que foi Autarca neste Município, na Assembleia Municipal, uma Jurista eminente e que deu um contributo muito importante de natureza política naquele Órgão e ainda à estrutura partidária a que pertencia, no caso o PSD, e que depois de um longo sofrimento faleceu recentemente. O José Torres foi um Atleta de projecção mundial e nacional, mas também estorilense. Representou as cores do Estoril-Praia durante algum tempo, distinguindo-se neste Clube já no fim da carreira não apenas como futebolista mas fundamentalmente como pessoa, pelas suas qualidades humanas que foram sempre reconhecidas por todos, independentemente das suas qualidades futebolísticas. Salientou ainda que ao longo deste mês de Agosto, recebeu durante o período em que decorreram as Festas do Mar e nos dias subsequentes, às quais não pôde assistir por razões de saúde, a não ser vagamente ao concerto de José Cid, testemunhos insuspeitos, para além dos que recebeu da estrutura municipal, dos seus colegas de Câmara e de alguns amigos, sobre o enorme sucesso que as Festas deste ano congregaram, graças não apenas a uma selecção de artistas muito criteriosa, mas fundamentalmente também graças a uma nova organização, a uma nova estrutura, que respondeu numa forma muito mais correcta e consentânea com os pergaminhos da Vila de Cascais às necessidades e aos interesses da população de todas as idades e de todas as classes sociais que aqui se dirigiram e que participaram nas Festas do Mar em número muito significativo. Finalmente outra situação interna que gostaria de transmitir, neste período de antes da ordem do dia, respeita à alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais. Importava garantir esta situação, face à relevância que o posicionamento remuneratório tem nas carreiras dos trabalhadores, a motivação profissional que isto provoca, como é normal, e fundamentalmente porque importava garantir e regularizar uma situação legal que nos era imposta. A entrada em vigor

deste novo SIADAP estabeleceu os regimes de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas, as quais definiram as regras das suas promoções, enquadradas no SIADAP. Ciente da importância deste sistema, a Sr.^a Vereadora do Pelouro, Dra. Conceição Cordeiro, tem vindo a promover em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos, os esforços necessários para que os processos avaliativos se concluam. Fruto deste exercício, que envolveu e continua a envolver a maioria dos Dirigentes da Câmara, setenta trabalhadores estão já em condições de alterar o seu posicionamento remuneratório, por terem atingido os dez pontos mínimos na avaliação do desempenho de 2009 e 2010, envolvendo um montante financeiro, as compensações decorrentes, perto dos cinquenta mil euros. Em Julho passado alteraram já o respectivo posicionamento remuneratório doze trabalhadores, que assim viram a sua situação remuneratória melhorada a partir desse mês, com pagamento dos respectivos retroactivos. Foi o primeiro processo desta natureza que se desenvolveu aqui no Município de Cascais. Com estas alterações oitenta e dois trabalhadores vêm a sua situação remuneratória melhorada através da promoção nas respectivas carreiras. Sendo que ainda não estando concluídos todos os processos de avaliação do desempenho entregues pelos dirigentes avaliadores dos diversos Departamentos, o Pelouro irá proceder a estas alterações à medida com a entrega dos processos do SIADAP for aferindo de outros trabalhadores que também tenham atingido os dez pontos em causa. Em matéria de período de antes da ordem do dia era o que tinha para transmitir, embora no ponto das Informações estejam incluídas três missivas dirigidas a outros tantos membros do Governo por si, a propósito de diferendos que existem, ou pedidos de esclarecimento que existem em várias matérias, e para evitar no final dos trabalhos estar a referi-los irá directo ao assunto. O primeiro tem a ver com o Turismo de Portugal. Pensa que têm o ofício que dirigiu ao Dr. Luís Patrão, onde manifesta a sua profunda indignação perante o tratamento discriminatório e ilegal que tem atingido o Município de Cascais, mas não vai fazer mais considerações na justa medida em que o Dr. Luís Patrão o recebe amanhã às dez, a si e ao Dr. Luís Nobre Guedes. Aguardará os contactos com o Dr. Luís Patrão para transmitir o seguimento desta matéria. O segundo tem a ver com a Sra. Ministra da Educação, pessoa que no plano pessoal e político muito considera, pese embora as discordâncias que possa ter em relação às decisões que tomou, e tem profundas discordâncias com as decisões que tomou e que recaem sobre o Concelho de Cascais, conhecem também o ofício que lhe remeteu. É uma atitude, do seu ponto

de vista, trapalhona, pensa que não da Ministra mas de um Secretário de Estado que ficou célebre num diálogo que teve com o Sr. Presidente da Assembleia da República e que foi transmitido em vários canais internacionais, mas não importa não conseguiu fazer-se entender por esse ilustre, bem como a Sra. Vereadora, estavam a falar com uma parede, não se conseguiram entender, não conseguiram encontrar da parte dele qualquer justificação para as atitudes e para as decisões que tomou em relação a Cascais e muito especialmente para a diferença de tratamento de Cascais em relação a situações absolutamente semelhantes existentes nos Concelhos vizinhos, os quais obtiveram ganho de causa. A Sra. Ministra, lamentavelmente, embora é certo só tenha recebido esta missiva no princípio de Agosto, já que isto foi tratado tardiamente pelo Ministério, não sabe porquê mas fomos deixados para o fim, recebe-o também amanhã, às quatro da tarde. Lá irá com a Sra. Vereadora e portanto não adianta nada enquanto não falar com a Sra. Ministra. Deve dizer que está profundamente pessimista em relação a este caso e ao caso anterior. Neste caso porque obviamente ao recebê-los na véspera da abertura do ano lectivo, a probabilidade de recuar em relação a uma situação que sirva melhor os interesses dos Alunos, na opinião da Câmara mas não só nem principalmente, na opinião de todos os Agrupamentos, todos, repete, da Federação das Associações de Pais, que representa todas as Associações de Pais, e também da generalidade dos Professores que tiveram a oportunidade de contactar. Portanto não se trata duma birra ou duma pretensão da Câmara, trata-se de uma atitude, de um posicionamento, que é transversal a todos aqueles que estão envolvidos nas Comunidades Escolares do nosso Concelho. Veremos o que é que a Sra. Ministra nos diz e oportunamente transmitirá. Outro aspecto estranhíssimo tem a ver com uma missiva que enviou ao Sr. Prof. Dr. António Mendonça, que não sabe se ainda é Ministro, presume que sim, admitiu que não porque não lhe responde, este ainda não tem hora marcada, mas a Sra. Chefe de Gabinete irá insistir junto do Gabinete dele, na justa medida em que depois da REFER, duma forma enfática, com a presença do Governo, embora a Secretária de Estado da altura já não esteja no elenco governativo, está na Assembleia da República, ter vindo a Cascais prometer mundos e fundos perfeitamente justificados face à antiguidade e face a obsolescência da linha dos caminhos-de-ferro de Cascais, que neste momento tem tudo menos linha de caminhos-de-ferro, é uma velharia e com graves riscos na sua opinião, e a sua opinião não é sustentada num palpite, é sustentada em pareceres informais de funcionários superiores da REFER, que não querem dar a cara porque obviamente têm receio das

consequências, que lhe dizem que, designadamente, o sistema de sinalização é pré-histórico e que é arriscado andar naqueles comboios. De qualquer maneira, depois disso, soube pelos jornais que os investimentos, aqui, neste local, prometidos pela Sra. Secretária de Estado foram afastados. Sabe que há razões de fundo para a contenção a todos os níveis, nomeadamente nos grandes investimentos públicos. Não percebe é porque alguns grandes investimentos públicos avançam e outros investimentos públicos de menor monta e muito mais urgentes do que qualquer TGV, como é o caso da Linha de Cascais, comparativamente por exemplo com a Linha de Sintra é uma vergonha, que já está modernizada em todos os domínios, Cascais continua na situação miserável em que está. O que é dramático é não apenas a situação, o que é lamentável é saber-se isto pelos jornais. Não foi desmentido e suspeita muito que tendo escrito em 30 de Julho ao Sr. Ministro, se ainda é Ministro, não tenha tido ainda resposta que de facto isto seja uma realidade. -----

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA tomou a palavra para se associar aos votos que o Sr. Presidente formulou em relação à Sra. Dra. Cecília Azevedo, com que privou na Assembleia Municipal e que coordenou a Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembleia com grande empenho, com grande dedicação e com grande capacidade técnica, bem como ao falecimento do José Torres, que felizmente recebeu a devida homenagem pelo Grupo Desportivo Estoril-Praia ainda em vida, através da realização de um jogo que se fez entre as velhas guardas do Benfica e do Estoril-Praia e que permitiu algum desafogo à família naqueles momentos tão difíceis. Também para desejar a todos, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores uma excelente *rentrée* nesta defesa dos interesses de Cascais. -----

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA tomou a palavra para desejar os seus votos dum boa *rentrée* até ao fim do ano, pelo menos para já, neste período que se avizinha e que será bastante difícil para todas as portuguesas e todos os portugueses. Associa-se também aos votos de pesar de Cecília Azevedo e de José Torres, portanto não volta a repetir. Deseja também uma boa entrada para o Sr. Presidente, tendo em conta a sua ausência durante um período em que infelizmente aqui não esteve. Relativamente ao que foi dito sobre as Festas do Mar efectivamente melhoraram, em termos de organização e de disposição ou até da própria Festa, mas conforme disse ao Vereador Miguel Pinto Luz, naturalmente que Festas do Mar relativamente a iniciativas de Mar foram pouco relevantes. É uma primeira fase e

espera que para o ano as coisas tenham um cariz mais de mar que propriamente as actuais, porque o que prevaleceu no fim de contas nas Festas do Mar continua a ser a cantoria, entre aspas, e a restauração, e outras iniciativas que melhoraram as Festas. Relativamente à alteração da reposição remuneratória era um ponto que tinha para falar, porque de acordo com aquilo que está legislado deveria ser publicado quais eram aqueles que estavam abrangidos com esta reposição remuneratória, portanto aguarda essa publicação de todos aqueles e não se pode esquecer daqueles que apesar de terem ido para a aposentação também poderá eventualmente haver alguns que estão abrangidos por esta situação e que deveriam englobar essas listas de reposição remuneratória. Uma das questões que tem a dizer é as actas e a forma como são elaboradas actualmente. Pensa que se verifica uma maior dificuldade de pesquisa, até porque, como faltou na última reunião, verificou que para se pôr a par das questões teve que ler quase a acta toda por causa de um assunto. Acha que se deveria voltar à forma anterior relativamente às actas. Tem-se, portanto, uma maior dificuldade de arquivo dos diferentes temas abordados e as diversas intervenções dos Vereadores sobre os assuntos que são abordados. Depois é a própria catalogação dos assuntos versados que é muito mais dificultada na própria catalogação. Por isso acha que se deveria voltar à primitiva relativamente à elaboração das actas, porque facilita bastante. Agora não, porque os assuntos estão frescos, mas no futuro quando se pretender pesquisar os assuntos versados em determinada reunião torna-se bastante difícil. Por isso propõe novamente a alteração e voltar à forma como efectivamente estavam a ser elaboradas as actas. Como faltou à última reunião de Câmara, as afirmações proferidas pelo Sr. Vereador do PS Alípio Magalhães sobre os excessivos meios utilizados nos fogos, nos incêndios, nomeadamente nos incêndios das Almoinhas Velhas, que era a que ele se estava exactamente a referir, só prova o seu desconhecimento sobre esta matéria. O que as afirmações feitas na pessoa do Sr. Vereador ainda mais graves são quando se pronuncia sobre matéria que efectivamente não conhece. A rápida resposta que afirma do Governo do Partido Socialista vê-se nos bens que os Bombeiros Voluntários têm com as médias das viaturas, superior a mais de vinte anos. Portanto estão actualizadas, estão em termos técnicos e portanto o Governo tem cuidado bastante deste assunto, principalmente dos Bombeiros Voluntários. Os subsídios que tardam e que se não fosse muitas vezes a pronta resposta das Câmaras algumas das Associações não sobreviveriam. Não se pode invocar o Distrito de Lisboa e comparar com o resto do país, porque realmente os

meios que existem no Distrito de Lisboa comparados com o resto do país são extraordinariamente elevados. Vejam-se as dificuldades e as condições de trabalho dos Bombeiros Voluntários até nos próprios incêndios que surgiram agora, onde houve grandes dificuldades até dos tais meios que tiveram que ser recrutados noutros distritos e que tardaram em chegar no ataque aos incêndios. E depois há outras coisas que poderia invocar, nomeadamente no Distrito de Viseu, quando foi adjudicado a uma determinada empresa para a cobertura aérea de ataque aos incêndios os aviões na altura em que foram necessários não puderam voar porque efectivamente essa empresa tinha bastantes dívidas e os aviões não foram abastecidos exactamente pelas dívidas em combustíveis que essa empresa tinha. Outra é a própria criação da EMA que tardou substancialmente na utilização dos meios aéreos exactamente pelo licenciamento desses meios para operarem em Portugal. Os meios não são tão excessivos o que prova o desconhecimento do Sr. Vereador sobre este assunto. Estas coisas ditas por um Vereador são realmente graves. Se não conhece a matéria acha muito bem que se alerte sobre a questão, mas que não se profiram determinadas afirmações como efectivamente foram proferidas nessa reunião. Ainda por cima não estava nessa reunião, mas isso não é culpa do Sr. Vereador. Outro ponto é relativamente aos subsídios sociais de 2009/2010, os manuais escolares, que não são pagos desde Outubro de 2009, normalmente são pagos nesta altura e não foram, portanto não sabe como é que será esta ano, os berçários e ATL não foram pagos desde Janeiro de 2010, não sabe como é que será este ano, as bolsas de estudo desde Setembro de 2009. A Comissão que realmente devia estudar este assunto não apresentou nada sobre esta matéria, pelo menos que tenha conhecimento, portanto não entende por que é que o regulamento não saiu quando devia ter saído até ao dia 9 de Julho deste ano. É lógico que isto tarda realmente em sair. Se no Orçamento não foi regulamentado continuam-se a dar os benefícios sociais que tanta falta neste momento aos funcionários. Não cortem os benefícios sociais dos trabalhadores da Câmara, pois são eles que trabalham para os outros que têm esses próprios benefícios, para diminuir as preocupações que têm relativamente aos seus filhos e às Escolas que efectivamente existem. Vamos entrar num ano lectivo, como é? Voltamos novamente à estaca zero por causa do Orçamento? Pensa que não. Devia-se aplicar a lei exactamente anterior ao Orçamento porque há carências dos trabalhadores sobre estas questões. Há uma questão que tem sido levantada e que é complicada, que é a instalação das antenas para as comunicações sem fios, nomeadamente aquelas

antenas de telemóveis. Justifica-se a existência de regulamentos municipais sobre esta matéria, onde as antenas sejam montadas por forma a proteger os cidadãos das suas radiações. A União Europeia fixa o limite dessas radiações. Sabemos que não estão provadas as sequelas que procedem sobre as causas à saúde dos munícipes, mas também não está provado o inverso, e portanto chama a atenção para que estas situações tenham o seu cuidado. Há uma antena que está a ser montada, mas não com a indicação para os fins que está a ser montada. E foi uma forma meio capciosa, porque na altura disseram aos indivíduos que era um poste de electricidade e depois, através de um operário, é que souberam que efectivamente aquilo era uma antena para comunicação. Por fim, deveremos ter mais cuidado com o terminal rodoviário aqui de Cascais. A limpeza e a higiene relativamente às casas de banho, e mesmo a própria limpeza, têm sido um bocado descuidadas.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE tomou a palavra para desejar a todos as boas vindas neste regresso de férias. Deixou uma palavra especial também para o Sr. Presidente, que é com bastante agrado, de todos certamente mas seu de certeza, que o vê em boa forma física, pelo menos é o que aparenta, isso para muitas aves agoirentas felizmente não cumpriram esses agoiros. Tem cinco questões, a primeira delas para se associar ao voto de pesar quer em relação à Dra. Cecília Azevedo, quer também em relação ao jogador Torres, a Cecília Azevedo com quem o prendiam laços de companheirismo, mas que era reconhecido por todos como já o foi feito aqui pelo Sr. Vereador Alexandre Faria, de facto uma grande dedicação e um sentido de cidadania independentemente das posições políticas que cada um de nós assume, foi de facto uma das pessoas, que pelo menos nos anos que acompanha a Assembleia Municipal, e já são alguns, foi uma das pessoas que marcou pela sua postura, houve outros, felizmente, mas esta foi certamente uma das pessoas. Também quer deixar um voto de pesar, porque é a primeira vez que estão reunidos, e que era também um cascalense ilustre, neste caso mais um carcavelense, que era o António Feio, que faleceu neste período de férias. Certamente será reconhecido todo o seu talento e toda a sua dedicação, não só pelo Município mas também pela Freguesia de Carcavelos de onde era oriundo. A segunda questão é a da remuneração do posicionamento, a questão dos dez pontos. Pensa que há uma questão de perfeita justiça, ou, neste caso, por enquanto ainda de alguma injustiça, que foi todos aqueles trabalhadores que numa primeira fase, quando foi a primeira implementação do SIADAP, não houve tempo para

fazer a avaliação e foram todos levados com 1 ponto, ou seja, foram todos classificados da mesma maneira. Foi uma opção que se tomou e nomeadamente nós tomámos aqui, não tínhamos muito a percepção do que era o SIADAP, nem quais eram as repercussões do SIADAP, e foram todos corridos a 1 ponto. O que acontece é que alguns deles, por via disso, reclamaram e foi-lhes dado ganho de causa. Outros não reclamaram, porque aceitaram a situação extraordinária que se viva na época, ao não reclamarem não lhes foi revista a nota. Conclusão: alguns estão nos nove pontos o que os prejudica numa forma muito significativa, quer em termos de evolução de carreira mas também especialmente em termos daquilo que as pessoas cada vez mais precisam, que é de dinheiro, na sua remuneração final. Portanto o que sugere ao Sr. Presidente é que seja reparada esta injustiça, pese embora não tenha sido uma injustiça propositada, porque na altura foi uma injustiça que não se teve percepção dela. Mas há situações destas que ao não reclamarem da nota que lhes foi atribuída, porque foi atribuída para todos, ao não reclamarem neste momento colocam-nos numa situação desfavorável em relação a todos os colegas que na época reclamaram de ter esta classificação. Pensa que é de estudar o impacto que isto tem, que é muito pouco nas contas da Câmara, que é muito pouco na estrutura de recursos humanos da Câmara de Cascais, mas é em cada uma das pessoas ainda muito significativo. Esta é a sua proposta. Em terceiro lugar, colocar aqui, entrando em questões de ordem política, mas de facto Cascais fica-se a recordar deste Governo do Partido Socialista como algo que tomou Cascais com uma intenção clara de o prejudicar. Pode-se até aceitar que sejam as pessoas, que não haja uma orientação política, até aceita isso, mas na política, como alguém lhe dizia noutro dia, e pensa que até é do Partido Socialista, um dos colegas, na política o que parece é. E o que parece e que é, é que o Partido Socialista escolheu Cascais para a prejudicar deliberadamente, nomeadamente numa questão tão sensível quanto é a sua principal ferramenta estratégica, que é o turismo. É incompreensível como o Turismo de Portugal tem vindo a lidar, no seu caso agora mais próximo até pelo facto de ter o Pelouro Financeiro, lhe toca, até porque está a contar com verbas que não chegam, depois são anuladas, depois não existem, depois as que existem já não são pagas porque entretanto há deliberações no sentido contrário. E mesmo aquelas em que já está tudo em fase final, vamos lá a ver agora não é possível pagar porque se falta reunir a Comissão não sabe do quê. O Concelho de Cascais está a ser prejudicado em milhões de euros. O Concelho de Cascais está a ser prejudicado em benefício doutros Concelhos, e até por outras funções que tem,

políticas, tem acesso a essa informação, estamos a ser prejudicados claramente perante Lisboa. Há uma transferência notória de Cascais para Lisboa deste tipo de apoios, nomeadamente com a questão do dinheiro dos impostos do jogo, e portanto o Partido Socialista tem este ónus claríssimo em cima de si, o Partido Socialista Nacional, mas não deixa de o ter o Partido Socialista de Cascais enquanto não tiver uma reacção consentânea com aquilo com que Cascais está a ser prejudicado neste momento. E tem visto o Partido Socialista, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, a ter reacções sobre questões menores, nesta, que é uma questão maior, a seu ver não tem tido nenhum tipo de intervenção. Isto é verdade também para aquilo que tem sido feito por este Governo, também liderado pelo Partido Socialista, no que diz respeito ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, ou seja, o abandono completo que tem deixado o Parque Natural de Sintra-Cascais, inclusivamente com a expulsão das Câmaras de qualquer tipo de intervenção na direcção do Parque Natural de Sintra-Cascais. Tratando-se o Parque Natural de Sintra-Cascais, a seu ver, admite que outros podem ter outra ideia, mas a seu ver um dos principais patrimónios do Concelho de Cascais, até por quanto mais não seja o que representa em termos de extensão, que é cerca de um terço do Concelho de Cascais, aquilo que tem sido feito através do ICNB por parte do Governo do Partido Socialista é um atentado aos valores naturais de Cascais, é um atentado a um dos principais patrimónios de Cascais. E com isto entra no quarto ponto, que é deixar aqui um voto de louvor e de reconhecimento e de tudo aquilo que nós possamos entender às Associações de Bombeiros do Concelho de Cascais, por mais um ano nós não termos sido confrontados, até agora, porque todos os dias abriam os noticiários com o país inteiro a arder e felizmente em Cascais tivemos uma ou outra situação pontual que imediatamente foi corrigida, que foi atacada, mas também porque as Associações de Bombeiros do nosso Concelho foram a muitas operações fora do Concelho de Cascais, algumas delas bastante fora do Concelho de Cascais, ajudar outros compatriotas nossos que estavam a sofrer esse mesmo flagelo nas suas terras. Por fim, em relação às Festas do Mar, gostaria de deixar a seguinte nota: em primeiro lugar, obviamente, na equipa liderada pelo Vereador Miguel Pinto Luz, pela forma excepcional como elas decorreram e que marcaram claramente, haverá uma relação com as Festas do Mar até às Festas de 2010 e depois das Festas de 2010. Não está a dizer isto por exagero ou por amizade que tem em relação ao Vereador Miguel Pinto Luz, mas de facto estas Festas tiveram uma excepcional qualidade, que foi reconhecida por todos. Teve a oportunidade de

estar na maioria das noites aqui presente e por toda a gente foi reconhecido. Também foi reconhecido por todas as mensagens que foram chegando à Câmara e que vão desde as Associações de Empresários até às Associações de Pescadores, até ao próprio TEC no sentido de reconhecer a excepcional qualidade do ponto de vista cultural da oferta que foi produzida pelas Festas, quer numa forma generalizada de um conjunto de munícipes e de pessoas fora do Concelho de Cascais que assim se manifestaram. Mas o que estas Festas a seu ver trouxeram foram outras questões de primeiríssimo plano. A primeira delas foi a possibilidade e a excepcionalidade que nós reconhecemos, mas muitas das vezes não sai para o exterior, do profissionalismo existente nos quadros da Câmara Municipal de Cascais. Por isso gostava de deixar aqui referências concretas, porventura caindo no risco de se esquecer de alguma, mas de facto quer o Departamento das Actividades Económicas, quer a Divisão de Juventude, quer a Polícia Municipal, quer toda a Divisão de Protecção Civil, quer toda a Divisão de Relações Públicas, quer depois Associações que são municipais, a COMCASCAIS e a EMAC, conseguiram trabalhar, e este é também um dado positivo, em conjunto, em equipa, perfeitamente entrosados com a mesma liderança, neste caso da Vereação do Eng.º Miguel Pinto Luz para obtermos o sucesso que se obteve nas Festas do Mar. Valeria até a pena ver, até por cultura geral e para termos uma percepção, de algumas fotografias que já teve oportunidade de ver, da grandeza, da quantidade, a afluência que teve e a possibilidade que tiveram de chegar, de sair, com menor ou maior dificuldade, nalguns casos, mas que foi possível rapidamente tirar as pessoas aqui do centro sem desacatos e depois também a satisfação que era, passado pouco tempo, ver tudo limpinho com a intervenção imediata da EMAC. Por isso foi uma acção que engrandeceu o Município, mas que acima de tudo enquanto organização da Câmara Municipal de Cascais lhe deu muito orgulho, por ser membro desta Câmara, deste Executivo, por ver de facto a forma coordenada e profissional com que tudo isto foi desenvolvido. Queria deixar também uma referência às duas Associações de Pescadores, que estiveram sempre em grande colaboração e uma disponibilidade como há muitos anos não se via por parte destas Associações de Pescadores. Num dos anos teve os barcos virados de costas para a Baía com o seu nome lá escrito e não era obviamente a dizer bem, mas de facto foi possível desenvolver um conjunto de trabalhos e de colaboração com as duas Associações de Pescadores o que também só engrandece Cascais e é reconhecido pelas próprias Associações de Pescadores, esse trabalho foi liderado pelo Eng.º Miguel Pinto Luz, e bem, o que levará, e aqui é uma



novidade para o Sr. Presidente, mas só se encontraram agora à entrada, mas de facto começar a ser montado uma aspiração muito grande dos Pescadores de Cascais, que é um pontão, que lhes permite condições de trabalho completamente diferentes, para melhor, neste pontão, o cais 8, ao mesmo tempo que finalmente está marcada a demolição daquela situação que nos envergonharia a todos certamente, pelo menos aqueles que já tiveram oportunidade de visitar aquilo envergonha de certeza, os outros que não conhecem não os envergonha porque não conhecem, mas finalmente vai ser possível demolir aquela porcaria que ali está sem condições até de dignidade humana. Isso também graças a uma posição muito determinada, mas ao mesmo tempo tolerante e de grande abertura ao diálogo que o Vereador Miguel Pinto Luz pôde desenvolver. Queria ainda deixar referência de que, de facto, a componente cultural destas Festas e popular esteve muito bem presente, quer na Procissão que por todos era reconhecido por todos como o ano em que maior adesão houve à Procissão em Cascais, quer em terra quer em mar, já não havia memória do número de barcos ser tão grande quanto aquele que foi aqui em Cascais, com o próprio sentir que se percebe estar enraizado na população de Cascais, ou pelo menos em grande parte da população de Cascais esta fé, e nomeadamente na comunidade de Pescadores, esta fé de que pedir protecção à Nossa Senhora dos Navegantes, isso é algo que nós devemos para além das questões de ordem religiosa, devemos preservar. Isto é cultura e é cultura popular da forma como ela é assumida. Não só também este ano, porque foi exponenciado aquilo que são os produtos de Cascais, aquilo que nós temos de bom, aquilo que nós temos de melhor, e foi-lhes dada prioridade para estarem nas Festas do Mar e em excelentíssimas condições. Deu dois exemplos: o Santini já como consagrado, mas o Carcaveló, como algo que é um produto recente e teve bastante êxito, que é um pão-de-ló com vinho de Carcavelos. Portanto estiveram presentes os produtos de Cascais e mostrámos o que também temos de bom nesta matéria. Às nossas Associações Juvenis foi-lhes dada uma oportunidade que elas agarraram e agarraram muito bem, contribuindo de uma forma determinante para o sucesso das Festas. E isto tudo num ambiente, e aqui termina, que ao princípio se estava a gerar para que tudo não funcionasse, nomeadamente com esta questão que há-de vir à baila com ela em futura reunião de Câmara, e aqui não acusa o Governo do Partido Socialista, mas alguns dirigentes nacionais da Administração Central, mas a isso já cá voltará, mas à conta desta confusão em alguém não querer que as águas de Cascais estavam excelentes, excepcionais, em muitíssimo boa qualidade como o têm

demonstrado todas as análises até aqui, foi criado um problema em cima das Festas do Mar, e aqui reconhece o empenho também do Sr. Secretário de Estado da Defesa e do Mar, Marcos Perestrelo, acha que é este o nome, mas foi criado um problema grave em cima do cais 8, por à última da hora ter sido recusado pela Capitania, por via de que vinha de trás toda a confusão da qualidade das águas, serem recusados os restaurantes no cais 8, muito em cima do acontecimento. Houve uma reacção forte, no sentido operacional, e o que quer dizer é que acha que descobrimos um excelentíssimo lugar reconhecido por todos para substituir o cais 8 mesmo nas próximas Festas. O que quer relevar com isto é que mesmo na adversidade nós temos capacidades, temos competência e criatividade mais do que suficientes para na adversidade encontrar formas expeditas de serem ultrapassadas e aqui mais uma vez, porque é de inteiro mérito, é de inteira justiça, o Vereador Miguel Pinto Luz soube dar a volta à situação e a seu ver muitíssimo melhor do que aquela que estava e era tradição, mas por via de alguém nos querer, achando que com isso nos ia prejudicar a nós Cascais, no sentido de não termos ali os restaurantes a funcionar no cais 8. É só Sr. Presidente, mas de facto as Festas do Mar, não pelas Festas em si só, mas por tudo isto que acaba de referir foi um grande acontecimento deste Verão e que nós deve deixar a todos orgulhosos. -----

A SRA. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO tomou a palavra para dizer que ia responder de forma muito sucinta a duas questões colocadas, uma pelo Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça relativamente à protecção social complementar. Conforme teve oportunidade de dizer, nós estamos condicionados pela regulamentação duma norma, duma Lei do Orçamento, que é uma Lei da República, e que não podemos ignorar. Portanto, o trabalho está a ser feito, já tinha tido a oportunidade de o dizer na reunião anterior. Está a ser preparado, mas obviamente o enquadramento legal que o Governo vier a dar sobre a matéria é essencial para este assunto. Relativamente à ponderação curricular do ano de 2007 a que se referiu o Sr. Vice-Presidente, só para esclarecer que não se tratou de uma opção, é de lei, foi a lei que estabeleceu que no ano de 2007, que era um ano efectivamente de transição, no ano de 2006, pede desculpa, o ano de transição da avaliação do desempenho, fosse dado, por omissão do processo de avaliação, um ponto. E de facto houve cerca de 400 trabalhadores que requereram a ponderação curricular. Julga que não temos enquadramento legal para rectificar este assunto. O que estamos a fazer neste momento é um exercício grande,

no sentido de com a avaliação de 2007, 2008 e 2009, atempadamente irmos aferindo de todos aqueles que já têm os dez pontos, e esses dez pontos retroagem, isto é, se o trabalhador atingiu os dez pontos no ano de 2008 esta alteração de posicionamento remuneratório retroage a Janeiro de 2008. Se ele é relativamente ao processo de 2009, retroage a Janeiro de 2009. Portanto há trabalhadores que tendo atingido os dez pontos no ano de 2008 já, digamos assim, têm dois anos de retroactivos, chamemos-lhe assim. E obviamente também o ano de 2010. Não deixará de reanalisar, conforme foi pedido pelo Sr. Vice-Presidente, mas julga que isto é uma norma legal que não sabe se conseguiremos ultrapassar. Não é o esforço financeiro, mas o esforço processual, não sabe se o poderemos desenvolver mas obviamente que o analisaremos. -----

O SR. VICE-PRESIDENTE tomou a palavra para dizer que todos os esforços processuais são mais do que justificados para corrigir situações que se consideram de perfeita injustiça, ao que acresce que a sua correcção melhora as condições económicas da pessoa em causa. O que questiona é outra coisa, ou seja, é a injustiça, porque independentemente de ter sido, pensa até que houve uma deliberação de Câmara, aquilo foi uma recomendação, é a ideia que tem, mas enfim, que não seja, nós assumimos que mesmo em 2006 eram todos corridos a um. Isto é um facto. A outra componente é, houve uns que não aceitaram, houve alguns trabalhadores da Câmara que não aceitaram essa deliberação do Governo, essa recomendação do Governo, ou essa deliberação nossa, ou seja, essa aplicação de serem todos corridos a um. Os que não aceitaram têm visto agora ser aceite o seu recurso de não ficarem com um. Houve outros que entenderam, enfim, que se é para todos há aqui um grau de justiça, que só agora é que se mostra que é de injustiça, que agora é que estão esses recursos a serem aceites. Então diria: fazemos uma avaliação, que não é de um para todos mas de dois para todos, mas não está muito dentro do SIADAP, nunca se meteu muito dentro disso. Mas isso vai permitir o quê? Mesmo aqueles com 2008, como a Colega dizia, chegam lá mais depressa, se tiverem mais um ponto chegarão sempre lá mais depressa. O que terá que ser visto, em relação a todos e independentemente da componente legal, que tem que ser estudada obviamente, mas haverá formas de compensar estes trabalhadores pelo facto de na altura terem acatado uma orientação que eles consideravam que era justa porque era para todos. Afinal não foi para todos, foi só para aqueles que reclamaram. Isto não tem nada a ver

com a nossa performance enquanto Vereadores, enquanto dirigentes políticos, nem enquanto nada, mas a partir do momento em que se coloca uma questão destas então já tem a ver com a nossa performance. Aí teremos que fazer tudo para repor esta situação de injustiça que se tem colocado, até porque como tem dito várias vezes o coração em todos nós está do mesmo lado e o sangue é da mesma cor, por isso nenhum de nós sente de uma forma melhor ou pior aquilo que são as dificuldades da classe trabalhadora, porque ao fim e ao cabo todos nós somos da classe trabalhadora também. Portanto queria reafirmar isto, era a reposição desta situação de injustiça nestas várias vertentes que acabou de voltar a mencionar. -----

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA tomou a palavra para falar sobre a questão dos subsídios. Está-se sempre a fazer a legalização mas não se está a resolver nenhum problema. Acha que a legislação, a lei, é cega. Portanto deveremos é exactamente procurar soluções para a resolução deste problema grave, porque os trabalhadores sempre tiveram estes subsídios. De repente, porque não sai a regulamentação relativamente à parte orçamental, nós retiramos os subsídios aos trabalhadores e, portanto, são eles que estão efectivamente a ficar prejudicados. É deveríamos era arranjar soluções e contornar, porque há Câmaras que efectivamente o dão. Mais, a EMAC dá também as suas prestações sociais, nomeadamente para os livros escolares. Por que é que a EMAC dá e efectivamente nós não damos? Há aqui questões que temos que ver. Não é retirar à EMAC esse benefício. Não, não, antes pelo contrário! Relativamente à parte dos incêndios, quer dizer apenas que tem havido várias ignições que têm sido prontamente debeladas logo no início, por isso é que não tem havido, derivado da vigilância que existe na Serra de Sintra-Cascais. Uns dos elementos que também têm intervindo, têm sido os Sapadores Florestais, não esquecer isto e não foi a Divisão de Protecção Civil mas sim os Serviços Florestais que também intervieram neste caso. -----

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO tomou a palavra para referir a questão do SIADAP, para emitir a sua opinião, que crê não foi ainda aqui expressa, embora estejam a haver algumas dificuldades na aplicação prática deste Sistema de Avaliação da função pública, crê que os Recursos Humanos na pessoa da Sra. Vereadora e de quem a antecedeu neste Pelouro estão de parabéns pela aplicação deste processo, porque este é um processo necessariamente doloroso, mas que significa uma nova postura da Administração Pública. Acha que é fundamental realçar esse facto, porque

a partir de agora deixamos de tratar toda a gente por igual e as pessoas que mais trabalham e mais se esforçam são premiadas e acha que isso é importante. Acha que não há nada mais desmotivante para os trabalhadores que se esforçam, que se aplicam e que são competentes de serem tratados por igual em relação a todos os outros, é importante haver essa diferenciação. É um processo necessariamente doloroso, mas que obviamente acaba por ser positivo. A Câmara está de parabéns e quer dirigir esses parabéns à pessoa da Sra. Vereadora e a quem teve responsabilidades nesse Pelouro no antecedente durante a aplicação deste processo. –

A SRA. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO tomou a palavra para dizer relativamente à acção social complementar que com o enquadramento legal que temos nós estamos a trabalhar. O mais que pode fazer é dar nota numa próxima reunião do esboço que temos duma proposta de acção social complementar na Câmara, mas confessa que com a Lei do Orçamento de Estado, nós também temos o PEC com medidas que são altamente questionáveis, mas não podemos fingir que não os temos. Relativamente à ponderação curricular é só para esclarecer que os trabalhadores que requereram não foi um processo reclamativo. A própria lei... (Neste momento o Sr. Presidente interrompeu a Sra. Vereadora para referir que o Sr. Vice-Presidente se tinha ausentado, pelo que na altura do seu regresso esclarecê-lo-ia). -----

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES tomou a palavra para cumprimentar os presentes e saudar o regresso do Sr. Presidente, que lhe parece em boa forma, e os restantes Colegas também. Disse que tinham um novo ano, que ia ser um ano de muitas dificuldades, mas de muitos desafios, e espera que a Câmara de Cascais tenha de facto, como tem demonstrado, capacidade para responder às dificuldades e tendo sempre presente o interesse do Município e dos cascalenses. Em primeiro lugar e em nome do Partido Socialista queria associar-se também ao voto de pesar pelo falecimento do António Feio, já que o seu camarada se associou em nome do Partido Socialista às outras duas manifestações. Em relação à questão do SIADAP e da reposição do posicionamento remuneratório de facto nós entendemos que independentemente do facto de alguns trabalhadores já terem visto as suas posições corrigidas, a Câmara deve, por sua iniciativa, procurar que os trabalhadores sejam todos tratados de forma igual. Portanto deve haver justiça e equidade no tratamento para todos os trabalhadores. Aqueles que porventura não viram ainda as suas situações corrigidas, porque não tomaram alguma medida, deve o Executivo tomar a

iniciativa de procurar de facto que não haja desequilíbrios em relação aos trabalhadores. É a nossa posição. Em relação à questão do Turismo de Portugal, e toma uma posição que é sempre reiterada aqui nas reuniões de Câmara, que é de que o Governo do Partido Socialista não trata da melhor forma a autarquia de Cascais. De facto nós não temos essa ideia. Como disse na última reunião tem até a ideia contrária. O Partido Socialista trata Cascais da mesma forma que trata os outros Municípios, pontualmente nós gostaríamos de ser tratados provavelmente de forma diferente, e temos sido nalgumas situações, temos sido beneficiados, noutras nem por isso, mas insiste nesta posição: não há, pode assegurar da parte do Partido Socialista, qualquer atitude discriminatória em relação à autarquia de Cascais nem aos cascalenses. Aliás, muitos dos membros do Partido Socialista, dirigentes e membros do Governo, como sabem, são alguns cascalenses e muitos deles residem em Cascais. Não há, pode assegurar, não há qualquer discriminação em relação a Cascais. Há efectivamente alguns problemas. E da nossa parte, da parte do Partido Socialista de Cascais, há toda a disponibilidade, sempre que o Sr. Presidente o entender ou algum dos Srs. Vereadores, de poder, dentro das suas capacidades, de poder ajudar na clarificação de alguns equívocos ou de algumas situações que porventura não estejam bem resolvidas. Portanto a nossa disponibilidade mantém-se com esta reafirmação. Nós entendemos que o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, trata Cascais da mesma forma que trata todos os outros Municípios. Estamos de acordo que de facto que o Parque Natural de Sintra-Cascais é uma jóia, é uma jóia não de Cascais e de Sintra, é uma jóia de Portugal. Portanto se há algum problema com o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, também estamos disponíveis para em conjunto procurar esclarecer e ultrapassar algumas dificuldades que haja no relacionamento com esse Instituto. Mas se for necessários estamos disponíveis para procurar resolver. Em relação às outras questões, por exemplo da REFER, está seguro que o Sr. Ministro da Economia, enfim, como é seu dever, irá responder ao Sr. Presidente da Câmara e irá seguramente, das Obras Públicas, peço desculpa pelo erro, o Sr. Prof. António Mendonça irá responder e irá com certeza ter uma reunião com o Sr. Presidente e explicar o porquê destas situações. Seguramente que não haverá mais dificuldades. Mais uma vez o Partido Socialista está disponível para que, se for necessário, em conjunto, ir a alguma reunião. Em relação às Festas do Mar, de facto foram um sucesso. E só poderiam ser porque efectivamente viu o Sr. Vice-Presidente identificar algumas áreas do Município como sendo competentes e qualificadas. Tem



opinião de facto de que não são algumas, são todas. Em geral os trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais e das Empresas Municipais são de facto muito competentes, muito qualificados, e têm dado provas. Percebe a distinção, mas entende que também os outros oportunamente, enfim nas situações respectivas também têm dado provas da sua grande capacidade de trabalho, o que é de facto um aspecto que deve ser sempre realçado e de muita satisfação. Finalmente, em relação à questão dos Bombeiros e das nossas cinco Corporações, houve um mal entendido na última reunião de Câmara em relação às suas palavras. O que disse foi que eventualmente, e de facto na minuta da acta está lá o eventualmente, teria havido até uma resposta muito forte, eventualmente os meios foram em excesso. Disse eventualmente porque de facto não é um perito na matéria. Portanto o que quis dizer foi que Cascais, neste caso concreto o Parque Natural, como é motivo de grande preocupação por todo o Governo do Partido Socialista teve uma acção imediata de resposta, quer pelos meios sediados no Concelho, quer pelos outros meios. Portanto foi essa a intenção da sua intervenção. Não pode deixar de referir que o Sr. Vereador Pedro Mendonça embora tenha mudado de aspecto não mudou de argumentos. (neste momento o **SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA** interveio para dizer que ainda é PC, que não muda, que não se passa para o PS, etc., essas coisas e há muitas que se passam e são Ministros). O Sr. Vereador Alípio Magalhães retomou a palavra para dizer que pensava que o Sr. Vereador teria lido com mais atenção a minuta da acta e teria percebido a sua intervenção e não iria fazer afirmações que são completamente descabidas. Portanto reafirma o que quis dizer: não há qualquer dúvida que os meios da Protecção Civil, as nossas cinco Corporações de Bombeiros são de facto eficientes, são excelentes, ninguém tem dúvidas disso, têm feito um trabalho de uma grande abnegação, de uma grande disponibilidade, o que quis dizer foi que no caso concreto o Governo olha para Cascais sempre com muita atenção. Sr. Presidente, para terminar, o Partido Socialista está disponível para colaborar na relação com o Governo do Partido Socialista sempre que assim o entender e realça mais uma vez que as Corporações de Bombeiros e os Serviços de Protecção Civil de Cascais merecem todo o nosso respeito e orgulhamo-nos de facto que sejam as Corporações que têm tido um trabalho, uma intervenção, de nível excelente. -----

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ tomou a palavra para falar do Turismo de Portugal, porque de facto as últimas atitudes já roçam a má fé e portanto não

consegue deixar de as dizer aqui. É sistemática a atitude de, após os eventos acontecerem ou de já estarem a decorrer quando recebemos que as respostas de que facto não vão atribuir os subsídios. O que é que acontece? Acontece que nós temos a honra de receber no CoolJazz o Sr. Ministro das Finanças, o Sr. Presidente do Turismo de Portugal, como Dr. Luís Patrão, administradores do Turismo de Portugal estiveram nas Festas do Mar, e é *a posteriori* dos eventos acontecerem, depois dos logótipos e de toda a comunicação do Turismo de Portugal estar em outdoors, em campanhas publicitárias na televisão, nas rádios, que depois recebemos ofícios do Turismo de Portugal a dizer que são reduzidos os apoios. Esta atitude, para si, já roça a má fé. Portanto Sr. vereador Alípio Magalhães deixe dizer-lhe uma coisa: temos todas as responsabilidades partidárias e o companheirismo partidário é muito importante, mas as nossas responsabilidades primeiras são para com Cascais. Portanto continuar a por a cabeça na areia, dizer que o Governo do Partido Socialista não tem uma atitude persecutória para com Cascais é de facto esconder a realidade. -----

O SR. VICE-PRESIDENTE tomou a palavra para dizer que era para corrigir, pois já tem feito referências a outros profissionais da Câmara Municipal de Cascais noutras circunstâncias, fi-lo porque estes estiveram envolvidos nas Festas do Mar. Só não concordo é que todos os profissionais da Câmara são bons. Não há nenhuma organização em que todos são bons e é perigoso quando generalizamos dessa forma porque senão as coisas ficam sem poder até ser diferenciadas pelo mérito. A segunda questão é para reafirmar que há uma discriminação negativa por parte do Governo Socialista em relação a Cascais, muito especialmente sobre as questões do Turismo e o apelo que faz ou o desafio que lança é então que o Partido Socialista de Cascais, que nalgumas matérias tem sido prolixo a fazer declarações públicas sobre esta matéria que o faça. Porque deixa também aqui a garantia do seguinte e para o futuro: nós estamos a contabilizar quanto tem sido roubado, e está a usar a palavra certa, quanto tem sido roubado ao Concelho de Cascais por parte deste Governo. E não deixaremos de colocar, do ponto de vista político, partidário, e do ponto de vista eleitoral, atribuir estas responsabilidades ao Partido Socialista, porquanto está a prejudicar o desenvolvimento do Concelho de Cascais. -----

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES tomou a palavra para dizer que os Srs. Vereadores e o Sr. Vice-Presidente estão a falar com o coração. Racionalmente não poderão nunca dizer que o Partido Socialista, que o Governo do Partido Socialista,

discrimina negativamente, que rouba, que tem uma atitude persecutória, obviamente deve ser entendido, se está a interpretar bem entre aspas as suas afirmações. Porque de facto... (neste momento o **SR. PRESIDENTE** pediu desculpa por interromper o Sr. Vereador, para dizer o seguinte: certamente que o Sr. Vereador ainda não leu os três ofícios que tem distribuídos, porque são factos. Não é nada do coração. São questões absolutamente factuais. E o Partido Socialista, não, o Governo vai responder em tribunal a propósito disto se não emendar a mão. Como é óbvio não vai emendar a mão. E o Presidente da Câmara vai informar a população de Cascais, no seguimento destes contactos, desta situação e vai ponderar se não é a presença deste Presidente da Câmara à frente dos destinos de Cascais que está a prejudicar o Município. Mas a população vai perceber o que se está a passar. Portanto estamos a referir-nos a factos. O que disse o vereador Miguel Luz, o que disse o Vice-Presidente, o que disse nesses três ofícios, e há mais, não tem nada a ver com questões de coração, tem a ver com questões factuais de discriminação escandalosa e ilegal. E por isso é que o Sr. Vice-Presidente se deu à liberdade de utilizar a expressão roubar. Porque, de facto, o que se trata é roubar). O Sr. Vereador Alípio Magalhães retomou a palavra para dizer que lê com toda a atenção todos os documentos que o Sr. Presidente produz e lhe dá conhecimento. Mas insiste, insiste que de facto não há discriminação, não há nenhuma actividade persecutória do Governo Socialista em relação a Cascais e muito menos em relação ao Sr. Presidente. Isso que fique claro. Nem seria admissível num regime democrático que, qualquer que seja o Governo, que tenha uma atitude dessas em relação a uma pessoa e em relação a um Município. Portanto isso que fique claro. Quando essas questões os senhores as trouxeram aqui para a mesa terão sempre a oposição clara e firme do Partido Socialista. Há de facto dificuldades, há que fazer escolhas, há que, enfim, como todos sabem, o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista melhor, tem sempre o discernimento necessário para tomar as decisões correctas no momento certo, face às dificuldades que o país enfrenta. Portanto, nós como cascalenses gostaríamos de facto de sermos tratados dum forma muito especial. Não somos. Somos tratados dum forma igual aos outros Municípios. É esse de facto o comportamento do Governo do Partido Socialista. É evidente que se o entendimento do Sr. Presidente é outro, tem-no expresso, portanto veremos onde é que está a razão. -----

O SR. VICE-PRESIDENTE tomou a palavra para dizer que ia fazer uma interpelação à mesa, embora aqui não haja mesa. É que o Sr. Vereador acabou exactamente de pontuar onde é que está. É que para o Partido Socialista considera-se que o que nós estamos a reclamar é um tratamento especial. Foi aquilo que foi dito agora. Ora isto não é um tratamento especial. Isto é o cumprimento da lei. E portanto é essa mentalidade que o Partido Socialista tem a nível do Governo e que pelos vistos já tem sementes no Concelho de Cascais, no Sr. Vereador nomeadamente. É que Cascais não quer nenhum tratamento especial. Cascais quer só aquilo a que tem direito. E aquilo a que tem direito é o que está consignado na lei. E aquilo a que tem direito e que está consignado na lei é tudo aquilo que o Partido Socialista no Governo não tem dado a Cascais. E portanto a esta responsabilidade os senhores não vão conseguir fugir. Por muitas palavras que tenham. Agora o que é perigoso é o Sr. Vereador, até pelas responsabilidades políticas que tem, locais no Partido Socialista, assumir que o que nós estamos a pedir é um tratamento especial. Não estamos, Sr. Vereador. Estamos a pedir o tratamento a que temos direito e aquele que nos está consignado por lei. - - - -

A SRA. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO tomou a palavra para esclarecer uma questão que lhe parece importante. Estamos a falar da ponderação curricular do ano de 2006. No ano de 2006 não se trata de reclamações. Vamos lá a ver: no ano de 2006 a lei estabeleceu um ponto de avaliação para cada trabalhador e a mesma lei previa, indicava, que os trabalhadores que fruto do seu desempenho entendessem que um ponto era restrito, pudessem requerer a respectiva ponderação curricular. Isto abrangeu todo o universo de trabalhadores. Houve cerca de 400/500 trabalhadores que efectivamente requereram a ponderação curricular e outros não o fizeram. Poder-se-á argumentar que alguns não o fizeram porque não estavam atentos, porque se distraíram, estamos a falar do ano de 2006. Julga que não o poderemos fazer, mas sem embargo de reanalisar esta questão, só quer esclarecer isto. Não houve um tratamento desigual, porque a lei previa esta possibilidade. - - - - -

O SR. PRESIDENTE tomou a palavra para dizer que ia encerrar o período de antes da ordem do dia, mas sem antes referir que gostava que ficasse exarado em acta os votos de pesar, a que julga que todos aderiram, o voto de congratulação e de louvor à equipa liderada pelo Vereador Miguel Luz a propósito das Festas do Mar, permitindo-se ainda fazer uma referência ao António Feio, a propósito dos pontos prévios, abstém-se agora de a fazer. Não querendo ser maçador, quer reincidir, encerrar, com toda a

tranquilidade e muita ponderação a propósito da discriminação que entende que o Município de Cascais tem sido alvo desde há alguns anos atrás. Para o efeito tem sempre levantado e distribuído as questões factuais que sustentam a nossa posição. E sobre a qual o Governo não responde. Pura e simplesmente não responde. Escuda-se atrás do silêncio ou escuda-se atrás de questões que não têm directamente a ver com aquilo que nós colocamos. A propósito do Turismo, é de facto a situação mais grave e tudo começa com a extinção da Junta de Turismo da Costa do Estoril, que foi uma medida que nós poderemos considerar não discriminatória porque abarcou todas as estruturas de turismo que existiam no país. Foi uma medida errada politicamente, mas não discriminatória. O que é discriminatório é imediatamente a seguir ter criado cinco pólos de desenvolvimento, ter negado a Cascais, que é o quarto destino turístico, a sua constituição no seu seio de um pólo e três dias depois ter constituído um pólo em Leiria/Fátima. Se isto não é discriminação, não sabe o que é discriminação. Esse foi criado *ab initio* e não vai fazer comentários, que seriam desagradáveis, pelas razões que levaram o Governo a criar, segundo tudo indica, a Região de Turismo da Serra da Estrela. Porque considera que a Serra da Estrela, tal como a Barragem do Alqueva, tal como o Rio Douro, têm características próprias para se constituírem enquanto pólo de desenvolvimento turístico. Agora têm é de facto um desenvolvimento comparável com o de Cascais/Estoril infinitamente mais pequeno. Portanto não há nenhuma razão para terem negado a Cascais/Estoril aquilo que permitiram em relação a outros. Esses três mais outros dois, a Costa Vicentina e o Oeste foram criados, cinco à partida, disseram que não a Cascais, não podia haver um sexto, era impossível, recusa terminantemente. O Sr. Primeiro-Ministro não o recebe nem responde à carta, o Sr. Ministro do Turismo não existe, o Sr. Secretário de Estado não existe, o Instituto do Turismo nega com argumentos perfeitamente espalhafatosos e três dias depois o Sr. Ministro diz à frente de todo o povo português na televisão à Sra. Presidente da Câmara de Leiria à data, que acabava de criar, por reivindicação deles, a Região de Fátima, o que acha perfeitamente natural. É um turismo específico, peculiar, turismo religioso, mas tem um terço do movimento do Município de Cascais em matéria de turismo. Não há nenhuma razão, portanto isto é discriminação. Em matéria de utilização de verbas do jogo, então o escândalo é total. E mais total é se lhes disser que para além de nos terem recusado coisas que legalmente não podem recusar, porque eles não são mais que fiéis depositários e vão responder em tribunal por isso, os processos estão a andar, para além de nos terem negado a requalificação dos três Fortes que já falou

aqui, quer dizer, o Estado prefere não utilizar as verbas do jogo que são de cascais, que só podem ser utilizadas em Cascais para requalificar três Fortes e deixa-os ao abandono. Deixa-os a serem demolidos pelas intempéries, que é o que está a acontecer com o Forte da Cadaveira, com o Forte do Guincho e com o Forte de Nossa Senhora da Luz. Não tem nenhuma solução alternativa e nega a Cascais com argumentos perfeitamente idiotas, que têm a ver com os prazos que não foram cumpridos pelo Município de Cascais para iniciar a requalificação. Mas não só não nos atribui as verbas, como não nos paga o que deve. E nós sabemos, porque lemos os jornais, sempre o mau da fita em termos de pagamentos aos fornecedores são as Câmaras. O que o Estado deve às Câmaras não se fala. Neste momento quer informar que o Turismo de Portugal ainda não pagou os 538.000 euros de 2009 do Festival de Cinema, não pagou e foi o próprio Presidente do Instituto de Turismo que nos incentivou a avançar com o Festival e nos atribuiu esta verba, não no final do ano passado mas no início deste ano, dizendo que ia pela totalidade, e se não é a totalidade é muito próximo, ainda não pagou, e entretanto deu-se ao luxo de reprovar a candidatura deste ano a um mês da realização, deixando-nos numa posição absolutamente difícil. Tudo já estava contratado, os artistas, os realizadores, as salas, é um ponto sem retorno para o Paulo Branco e para a Câmara de Cascais. Isto vai representar uma saída dos cofres da Câmara de Cascais da ordem dos 600.000 euros sem qualquer espécie de apoio. Se isto não é discriminação. Há duas semanas fez um gesto de grande favor, de pagar os atrasados, anunciou, são perto de 1.000.000 e ainda não carregaram no botão para os transferir. E andamos dia sim, dia não, o mês de Agosto é um mês difícil em termos de tesouraria... Se isto não é discriminação, não sabe o que é discriminação. Seria capaz de elencar vinte casos, mas vai dizer só três ou quatro que são os mais escandalosos e que estão pendentes. Um não está pendente, tem a ver com a Fundação Champalimaud. Os mesmos argumentos que levaram a recusar a sediação da Fundação Champalimaud em Cascais, como era devido e era desejo dos donatários não impediu que ela fosse colocada em cima do Rio Tejo. Se isto não é discriminação, não sabe o que é discriminação. Em relação ao Aeródromo de Cascais somos os únicos que pagamos aquelas taxas. Obrigam-nos a fazer um desconto às Escolas, que dão lucro, obrigam-nos através de um Decreto governamental. Quer dizer, a Câmara é obrigada a conceder descontos, digamos assim, nas taxas aeroportuárias às Escolas por imposição legal do Governo sem que ela tenha sido consultada. Em relação a esta nova coisa dos agrupamentos, se não

discriminação recusar a Cascais, nas mesmas circunstâncias, o que se concedeu exactamente igual, nas mesmas circunstâncias, a três Municípios vizinhos, não sabe o que não é discriminação. Bom, em relação ao comboio a mesmíssima coisa. Se não é discriminação retirar a Cascais o que prometeu a Cascais, não retirando a outros Municípios, que podem ter a maior relevância política, a maior relevância turística, mas não se comparam com a importância da Linha de Cascais não apenas para favorecer a chegada a Lisboa da população suburbana que vai todos os dias trabalhar, mas também com a sua vertente turística. E em matéria de ambiente então teria aqui um rol que nunca mais acaba para explicar aquilo que é inexplicável. Apenas queria insistir com esta intervenção com que acaba este período de antes da ordem do dia, que é sua profunda convicção que sem prejuízo deste Governo integrar gente muito boa, há manifestamente uma atitude discriminatória dirigida contra a Câmara de Cascais e/ou o seu Presidente. Ouvia há tempos um dirigente socialista dizer, não a este propósito, uma frase que creê que se aplica a Cascais e que ilustra bem esta situação. Esse dirigente disse um dia qualquer coisa como: «Quem se mete com o Partido Socialista leva».

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES tomou a palavra para dizer que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista têm o maior respeito por todos os Municípios. Aliás o Sr. Presidente ainda há pouco referiu que o Município de Leiria, no tempo da sua Presidente PSD, teve de facto a concessão da zona... (neste momento o **SR. PRESIDENTE** interrompeu o Sr. Vereador para dizer que não foi o Município de Leiria, foram os Bispos portugueses, foi a Igreja portuguesa). O Sr Vereador retomou a palavra para dizer que o Sr. Presidente referiu que no tempo até da Dra. Isabel Meireles... (neste momento o **SR. PRESIDENTE** interrompeu o Sr. Vereador para dizer que a notícia não foi dada ao Sr. Cardeal Patriarca, porque era um bocadinho escandaloso, o Sr. Eng. José Sócrates, foi dar a notícia à Presidente da Câmara de Leiria e deu-a na televisão para que o povo português todo assistisse. Mas de facto foi uma insistência, legítima, do Episcopado português, no sentido de ter um tratamento privilegiado e não estar dependente duma Comissão Regional de Turismo sediada em Coimbra, que abarcava desde o Rio Douro até sei lá onde, até Constança). O Sr. Vereador retomou a palavra para dizer que aí estava um exemplo duma medida positiva do Partido Socialista que tem o reconhecimento do Sr. Presidente. De facto estamos de acordo. É provável que ainda hajam outras alterações, portanto se o

Município de Cascais está convencido, e nós estamos de acordo com isso, que merece esse tal tratamento, temos que continuar a reivindicar a criação dessa zona especial. E é isso que devemos fazer duma forma correcta e não usando expressões como "roubar", "discriminando negativamente", porque essas não são de facto as formas de tratar dos assuntos em democracia. E insiste, nunca nenhum governante do Partido Socialista, nunca nenhum dirigente do Partido Socialista tem qualquer atitude persecutória, qualquer atitude discriminatória em relação, em particular ao Sr. Presidente, apesar do Sr. Presidente em muitas das declarações ter afirmações de facto considera absolutamente excessivas em relação ao Partido Socialista e em relação aos seus dirigentes, mas nunca viu da parte de qualquer dirigente do Partido Socialista, de qualquer governante do Partido Socialista, uma atitude de perseguição em relação ao Sr. Presidente nem a este Município. Enquanto o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores disserem que é essa a posição terá que defender esta posição que é de facto correcta. Basta estar de facto atento. Aquilo que o Sr. Presidente diz que são factos, são efectivamente verificações, mas é preciso ir ao fundo das questões. O Sr. Presidente volta sistematicamente a falar dos Fortes, do Jogo, todos conhecemos já essas situações. O que acha é que há que tratar com os respectivos governantes e procurar com eles, referiu há pouco que estão marcadas reuniões com dois Ministros para hoje, seguramente que vai receber uma carta esta semana para outra reunião com o outro Ministro para a semana e portanto as coisas terão o seu caminho. E como sabe, com a sua experiência governativa, não é fácil de facto resolver todos os assuntos. E a procuração do Governo não pode ser a preocupação de responder a um Município, mas a tal visão global, o tal interesse nacional, que é esse que deve nortear qualquer Governo do nosso país. -----

FIM: 11h07m

PONTOS PRÉVIOS

A) PROCESSO N.º 260/2010 – GARRET PROPERTIES – LICENÇA PARA OBRAS DE ALTERAÇÃO – ESTRADA DA MALVEIRA, ALDEIA DE JUZO – FREGUESIA DE CASCAIS.

O SR. VICE-PRESIDENTE apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade a discussão, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

B) REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE CARCAVELOS – SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS, NO VALOR DE € 18.945,45.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

C) ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ESUC.

O SR. VICE-PRESIDENTE apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade a discussão, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação, foi a mesma aprovada com 4 votos contra, sendo 3 dos Vereadores do Partido Socialista e 1 do Vereador da CDU.

D) ALTERAÇÃO AO CONTRATO PROGRAMA COM A ESUC.

O SR. VICE-PRESIDENTE apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade a discussão, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação, foi a mesma aprovada com 4 votos contra, sendo 3 dos Vereadores do Partido Socialista e 1 do Vereador da CDU.

E) ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CASCAIS AOS GRÃO-DUQUES DO LUXEMBURGO.

O SR. PRESIDENTE apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade a discussão, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por unanimidade.

F) ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL A ANTÓNIO FEIO.

O SR. PRESIDENTE apresentou verbalmente a proposta em epígrafe, que foi admitida por unanimidade a discussão, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Colocada à votação por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. GESTÃO FINANCEIRA

4.1. PLANO E ORÇAMENTO:

4.1.1. 10ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E 10ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO – RATIFICAÇÃO AO DESPACHO Nº 100/2010.

Aprovado com 3 abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

4.1.2. 11ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010-2013 E 11ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

Aprovado com 4 abstenções, 3 dos Vereadores do Partido Socialista e 1 do Vereador da CDU.

4.1.3. FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2011.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.1.4. APLICAÇÃO DA DERRAMA PARA 2011.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.1.5. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2011.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.1.6. FUNDOS DE MANEIO 2010. ALTERAÇÃO DE TITULAR.

Aprovado com 3 abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

4.1.7. FUNDOS DE MANEIO 2010: NOVO TITULAR.

Aprovado com 3 abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

4.1.8. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2011.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.2. APROVISIONAMENTO:

4.2.1. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CASCAIS – PROCESSO C- 1311/2007 À C-612/08 - C – 2106/09 - 2.ª RENOVAÇÃO DO CONTRATO INICIAL E ADITAMENTO:

Retirado.

4.2.2. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO PELO PERÍODO DE UM ANO RENOVÁVEL PROC. C – 2709/2009-C-122/2010 – APROVAÇÃO DE MINUTA.

Aprovado com 3 abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

4.2.3. AJUSTO DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS E ELABORAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CASCAIS – PROC. C-1421/2010 ADJUDICAÇÃO.

Aprovado com 3 abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.3.1. ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL REFERENTE AO PRÉDIO URBANO 1532, COM ÁREA DE 156 M2, DENOMINADO EDIFÍCIO DO RELÓGIO, SITO EM CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

4.3.2. CONSTITUIÇÃO DE HIPOTECA EM TERRENO MUNICIPAL CEDIDO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE AO “CENTRO PAROQUIAL DO ESTORIL”.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.3.3. RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA Nº 412/2010 APROVADA EM REUNIÃO DE 12/07/2010 – “ALIENAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM AS ÁREAS DE 1.400M2 E 2.600 M2 SITUADAS NO MURTAL, FREGUESIA DA PAREDE, À ERAMOS UM – COOPERATIVA DE ENSINO DE RESPONSABILIDADE LDA., DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO EDUCATIVO”.

Aprovado por unanimidade.

4.3.4. PROJECTO DE REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS EM HASTA PÚBLICA, SITO NO CONCELHO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

4.3.5. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL 60,70 M2, DESTINADO A CONSTRUÇÃO, SITUADA NA AVENIDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDE.

Aprovado por unanimidade.

4.3.6. AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM ÁREA DE 251 M2, SITA EM MANIQUE DE BAIXO, FREGUESIA

DE ALCABIDECHE, PERTENCENTE A MOISÉS JOAQUIM SARDINHA DENOMINATO E JUVENÁLIA HENRIQUES DE OLIVEIRA DENOMINATO DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJECTO MUNICIPAL DENOMINADO "CIRCULAR INTERNA DE MANIQUE".

Aprovado por unanimidade.

4.3.7. AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM ÁREA DE 267 M2, SITA EM CRUZ DE PÔPA, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, PERTENCENTE A MÁRIO ANDRÉ TANG LOPES DOS SANTOS E MON NOÍ CHIW LOPES DOS SANTOS, DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJECTO MUNICIPAL DENOMINADO "ACESSO AO COMPLEXO DO MOINHO VERMELHO".

Aprovado por unanimidade.

4.3.8. CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.822,45 M2, SITO EM SÃO PEDRO DO ESTORIL, NO ESTORIL, À "FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA", DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE ESTUDOS AVANÇADOS.

Aprovado com um voto contra do Vereador da CDU.

4.3.9. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 658,60 M2, SITUADAS EM ALTO DOS GAIOS, ESTORIL FREGUESIA DO ESTORIL, POR IMOREVE – COMPRA E REVENDA DE IMÓVEIS, S.A., DESTINADAS A ARRUAMENTOS E ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA.

Aprovado por unanimidade.

4.3.10. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 63 M2, SITO NO CABREIRO, EM ALCABIDECHE, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.11. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 22,70 M2, SITO NO BAIRRO DE ALCOITÃO, EM ALCABIDECHE, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.12. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 20,22 M2, SITO NOS SELÕES, EM ALCABIDECHE, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.13. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 15,05 M2, SITO NO BAIRRO DO ROSÁRIO, EM CASCAIS, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.14. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 32,70 M2, SITO NAS AREIAS DE SÃO JOÃO DO ESTORIL, NO ESTORIL, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.15. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 87 M2, SITO NO ALTO DA

GALIZA, NO ESTORIL, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.16. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 11,20 M2, SITO EM SÃO PEDRO DO ESTORIL, NO ESTORIL, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.17. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 17,11 M2, SITO NA VILA GOUVEIA, NA PAREDE, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.18. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 26,50 M2, SITO NOS LOMBOS, EM CARCAVELOS, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.3.19. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 45,40 M2, SITO NA QUINTA DO BARÃO, EM CARCAVELOS, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE DOIS RESERVATÓRIOS DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

5. URBANISMO

5.1. PROCESSO Nº: SPO-2041/2009 (REQTº1969/2010) - NOME: CONSTRUÇÕES IVO & SANTOS, LDA - LOCAL: RUA ANTÓNIO JACINTO, ALTO DA PEÇA, LOTE 25 – FREGUESIA DE ALCABIDECHE - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1231 – FRACÇÃO “D” - LOTE 25.

Aprovado por unanimidade.

5.2. PROCESSO Nº: SPO-203/2010 (REQTº6180/2010) - NOME: ALEXANDRE ANDRADE DA SILVA - LOCAL: RUA DAS CEREJEIRAS, TORRE – LOTE 39 – FREGUESIA DE CASCAIS - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 960 – LOTE 39.

Aprovado por unanimidade.

6. OBRAS MUNICIPAIS

6.1. DRENAGEM DA RUA ALMADA NEGREIROS - TIRES - OBRA 4.11.09.13 - RATIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO À FIRMA SANESTRADAS, SA - VALOR: € 73.613,58 C/IVA.

Aprovado por unanimidade.

6.2. DRENAGEM DA RUA ALMADA NEGREIROS - TIRES - OBRA 4.11.09.13 - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.

Aprovado por unanimidade.

7. REQUALIFICAÇÃO URBANA

7.1. ALTERAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA DATADAS DE 10/05/2000 – PONTO 12.1 E DE 10/03/2003 – PONTO 14.2, PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO N.º 6287/98, EM NOME DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO MASSAPÉS-BARRADAS, NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA;

Aprovado por unanimidade.

7.2. ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1163, DENOMINADO B.º CABEÇO DE MOURO SUL, EMITIDO EM NOME DE MARIA EMÍLIA CASIMIRO CARDOSO NASCIMENTO E OUTROS, LOCALIZADO EM CABEÇO DE MOURO, NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA;

Aprovado por unanimidade.

7.3. APROVAÇÃO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO N.º 1.444/2004, DENOMINADO RUA DE AVIZ – PAU GORDO – ATIBÁ – ESTORIL.

Aprovado por unanimidade.

8. JUVENTUDE

8.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ENERGY OF SMART CITIES - FUNDAÇÃO CASCAIS - € 90.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

9.1. CONFERÊNCIAS DO ESTORIL, ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO

ASSINADO EM 16 DE ABRIL DE 2008 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS - € 100.000,00.

Retirado.

9.2. PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

10. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, GESTÃO DE PESSOAL, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

10.1. SUBSÍDIO AO CCD PARA ACTIVIDADE PROSSEGUIDA PELO JARDIM ESCOLA E CASA DA CRIANÇA.

Adiado.

10.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO MODA LISBOA NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO ESTORIL FASHIONART FESTIVAL 2010 - € 200.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10.3. CONTRATO DE EMPREITADA FIMMO – EDIVISA- CMC - LOJA DO CIDADÃO 2G DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

11. AMBIENTE

11.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CASCAIS - € 2.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR:

11.2.1. JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL – € 1.640,68.

Aprovado por unanimidade.

11.2.2. JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE – € 2.772,63.

Aprovado por unanimidade.

11.2.3. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DE ALCABIDECHÉ - € 1.149,86.

Aprovado por unanimidade.

11.2.4. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DE CARCAVELOS - € 2.253,75.

Aprovado por unanimidade.

11.2.5. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DE CASCAIS - € 5.887,88.

Aprovado por unanimidade.

11.2.6. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DO ESTORIL - € 2.013,33.

Aprovado por unanimidade.

11.2.7. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DA PAREDE - € 4.837,50.

Aprovado por unanimidade.

11.2.8. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS, DA FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA - € 1.353,75.

Aprovado por unanimidade.

12. CULTURA

12.1. PARCERIA COM O CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MÚSICA PORTUGUESA (CIMP).

Aprovado por unanimidade.

12.2. PAGAMENTO ESTORIL JAZZ 2010 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DM PRODUÇÃO DE ESPECTÁCULOS MUSICAIS UNIPESSOAL € 150 000,00.

Aprovado por unanimidade.

12.3. PROGRAMA DE VOLUNTARIADO CULTURAL NOS MUSEUS DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

12.4. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO INSTITUTO DE CULTURA E ESTUDOS SOCIAIS NO ÂMBITO DO PROJECTO DE EDIÇÃO DA MONOGRAFIA SOBRE AS GRUTAS ARTIFICIAIS DE ALAPRAIA € 14 500,00.

Aprovado por unanimidade.

12.5. APOIO AO 36.º FESTIVAL DO ESTORIL “SEMANAS DE MÚSICA” 2010 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL - € 50.000,00.

Retirado.

12.6. ASSOCIAÇÃO CULTURAL JOSÉ ATALAYA - APOIO À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL RAÍZES IBÉRICAS - € 10 000,00.

Aprovado por unanimidade.

12.7. APOIO À INSTALAÇÃO DO PROJECTO JANGADA DE PEDRA NA PAREDE - € 8.000,00.

Aprovado por unanimidade.

13. EDUCAÇÃO

13.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL - ALUGUER DE TRANSPORTE PARA DESLOCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA DO MONTE ESTORIL - € 29.600,00.

Aprovado por unanimidade.

13.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ARISCO, INSTITUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE PARA APOIO A PROJECTOS DE FORMAÇÃO DE ÂMBITO SÓCIO EDUCATIVO A REALIZAR NO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGENS - € 1.600,00.

Aprovado por unanimidade.

13.3. DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA À JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL – APOIO AO ESTUDO DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGENS “PERFIL DE INTERESSES E EXPECTATIVAS FORMATIVAS DOS JOVENS DE CASCAIS II” - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

13.4. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - COMPONENTE DE ANIMAÇÃO SOCIO-EDUCATIVA-2010/11- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBAS ÀS ENTIDADES PARCEIRAS-1ª TRANCHE - € 103.406,15.

Aprovado por unanimidade.

14. DESPORTO

14.1. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2009/10 – APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – PROTOCOLO COM À PROVÍNCIA PORTUGUESA DA SOCIEDADE SALESIANA / ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 2.486,00.

Aprovado por unanimidade.

14.2. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES 2009/10 - PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES / FEDERAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DE LISBOA NO VALOR DE €412,05.

Aprovado por unanimidade.

14.3. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES 2009/10 - PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES/ FEDERAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA NO VALOR DE € 602,00.

Aprovado por unanimidade.

14.4. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DE LISBOA NO VALOR DE € 1.771,26.

Aprovado por unanimidade.

14.5. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES 2009/10 – PROTOCOLO COM ASSOCIAÇÕES/ FEDERAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE LISBOA NO VALOR DE € 761,90.

Aprovado por unanimidade.

14.6. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2009/10 – ACTIVIDADES REGULARES PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES/ FEDERAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA NO VALOR DE € 621,50.

Aprovado por unanimidade.

14.7. CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NA ESCOLA 09/10 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ESCOLAS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIAS OFICIAIS E PRIVADAS NO VALOR DE € 9.950,00.

Aprovado por unanimidade.

14.8. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FUNDAÇÃO FAUSTO FIGUEIREDO – FINANCIAMENTO DE € 29.891,38.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Vereador Alexandre Nuno de Aguiar Faria não participou na discussão e na votação da proposta.

14.9. GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS ESCOLARES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO VALOR DE € 24.873,73.

Aprovado por unanimidade.

14.10. BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PROVÍNCIA PORTUGUESA DA SOCIEDADE SALESIANA / ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE – € 7.253,00.

Aprovado por unanimidade.

14.11. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DOS ESTORIS – FINANCIAMENTO DE € 9.876,00.

Aprovado por unanimidade.

14.12. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO DRAMÁTICO E SPORTIVO DE CASCAIS – FINANCIAMENTO DE € 6.220,00.

Aprovado por unanimidade.

15. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL

15.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS DO CONCELHO DE CASCAIS, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA PLATAFORMA SAÚDE NA ESCOLA, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO ANO LECTIVO 2010/2011, NO MONTANTE TOTAL DE €17.335,00.

Aprovado por unanimidade.

15.2. APROVAÇÃO DE CARTA COMPROMISSO NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA SAÚDE NA ESCOLA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS, O AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DE CASCAIS, OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS, AS ESCOLAS DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS.

Aprovado por unanimidade.

15.3. ADENDA AO PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODEPENDÊNCIA (F.E.P.E.P.T.T.) - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.000.00.

Retirado.

16. DIVERSOS

16.1. PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS HOTELEIROS DA COSTA DO ESTORIL, SINTRA E MAFRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS.

Aprovado por unanimidade.

16.2. ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CASCAIS A PAULA REGO.

Aprovado por unanimidade.

A votação foi efectuada por escrutínio secreto.

16.3. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ENSAIO DE MATERIAIS – AMEM – DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL.

Aprovado com 4 abstenções, sendo 3 dos Vereadores do Partido Socialista e 1 da CDU.

16.4. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO TROFÉU DE PORTUGAL AUDI MEDCUP 2010 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 98/2010.

Aprovado por unanimidade.

16.5. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO CASCAIS VELA 2010 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 103/2010.

Aprovado por unanimidade.

17. INFORMAÇÕES

17.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.2. ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO AO PRIOR DE ALCABIDECHE REVERENDO PADRE LUÍS DE JESUS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.3. APRESENTAÇÃO E CONFERÊNCIA – HISTÓRIAS ROCAMBOLESCAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL – JOÃO FERREIRA – DIA 23 OUTUBRO DE 2010 – ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.4. APRESENTAÇÃO E CONFERÊNCIA – MATARAM O SIDÓNIO – FRANCISCO MOITA FLORES – DIA 15 DE OUTUBRO DE 2010 – ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.5. APRESENTAÇÃO DA OBRA “ OS COMBOIOS DE PORTUGAL “ – 30 DE SETEMBRO – 18.30 – ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.6. ARISTIDES SOUSA MENDES – A CORAGEM DA TOLERÂNCIA: ARISTIDES DE SOUSA MENDES – COLÓQUIO – 25 DE SETEMBRO – ESPAÇOS MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.7. APRESENTAÇÃO DA OBRA “ OS COMBOIOS DE PORTUGAL “ – 30 DE SETEMBRO – 18.30 – ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

Retirado.

17.8. PARCERIA COM O CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MÚSICA PORTUGUESA.

Retirado.

17.9. RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS – 2º SEMESTRE 2010 – PROTECÇÃO CIVIL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.10. TROCA DE CORRESPONDÊNCIA COM O TURISMO DE PORTUGAL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.11. AULAS DE PORTUGUÊS PARA A COMUNIDADE CHINESA DO CONCELHO DE CASCAIS – PARCERIA COM A FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.12. INVESTIMENTOS NA LINHA DE CASCAIS – CORRESPONDÊNCIA TROCADA COM O MINISTÉRIO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.13. ALTERAÇÃO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.14. ARCASCAIS - RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.15. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO MÊS DE JULHO 2010 - CMC.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17.16. EMAC- RELATÓRIO DE ACTIVIDADES MAIO E JUNHO DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

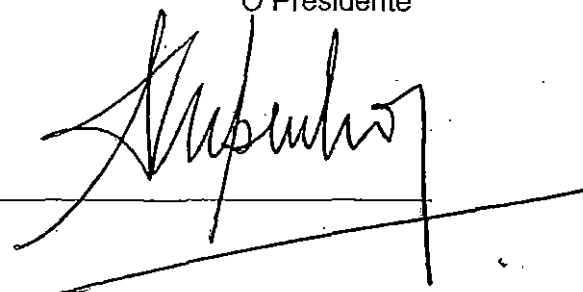
17.17. CARTA GEOTÉCNICA DO CONCELHO DE CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Às 12 horas e 06 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu, António D' Grey Capucho a subscrevi.

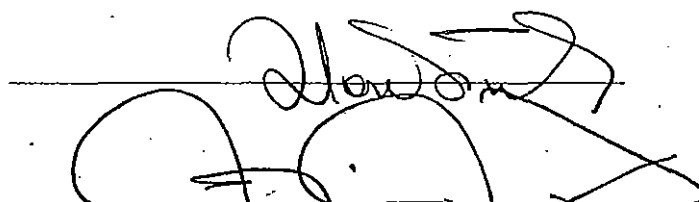
O Presidente



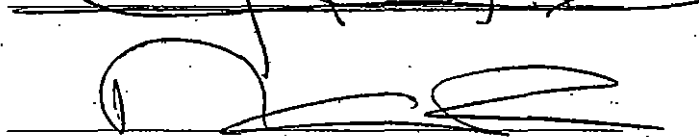
ANTÓNIO D' GREY CAPUCHO

Os Vereadores

LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



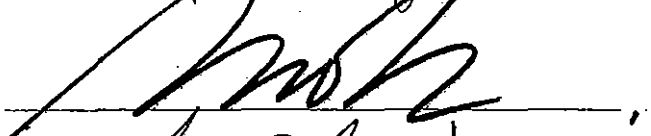
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



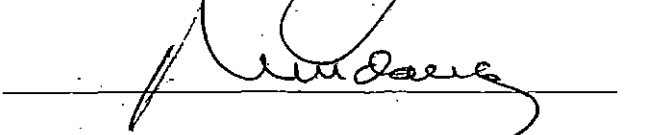
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



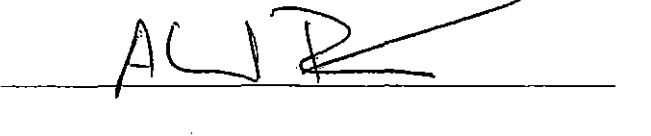
MIGUEL PINTO LUZ



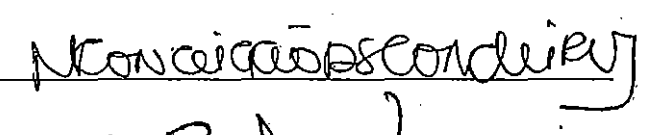
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



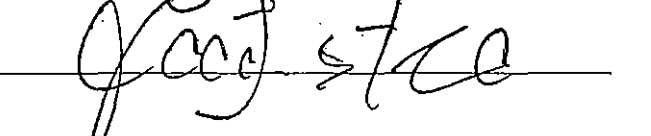
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FÁRIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO